



Ações Direcionadas à Permanência do Estudante Universitário: Um Olhar a Partir de Três Instituições do Rio Grande do Sul¹

Bruna Pereira Alves Fiorin¹  <https://orcid.org/0000-0002-0625-9430>

Sílvia Maria de Oliveira Pavão²  <https://orcid.org/0000-0002-5365-0280>

^{1,2} Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as ações voltadas à permanência do estudante universitário em três Universidades Federais do Rio Grande do Sul, buscando evidenciar a efetividade dos serviços de apoio e as ações com melhores resultados/maior impacto. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida a partir de dados coletados nas páginas institucionais da Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Pampa, em entrevista semiestruturada (gravada em áudio e transcrita) com os 15 coordenadores dos setores que desenvolviam atividades voltadas à permanência dos estudantes nessas Instituições, e grupo de discussão. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo. Evidenciou-se que os setores pesquisados desenvolvem um trabalho essencial nas Instituições e que interferem diretamente na trajetória dos acadêmicos na universidade, na permanência e na conclusão de curso.

PALAVRAS-CHAVE

Aprendizagem. Educação superior. Inclusão. Permanência.

Correspondência ao Autor

¹ Bruna Pereira Alves Fiorin

E-mail: brualves_22@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria, RS, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/3547201296103445>

Submetido: 07 jul. 2020

Aceito: 01 out. 2021

Publicado: 20 out. 2021

 10.20396/riesup.v8i0.8660398

e-location: e022017

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Actions Oriented Toward the Permanence of University Students: A Perspective from Three Institutions in Rio Grande do Sul

ABSTRACT

This research aimed to identify the actions focused on the permanence of university student in three Federal Universities of Rio Grande do Sul, seeking to highlight the effectiveness of support services and actions with better results/higher impact. The research, of a qualitative character, was developed from data collected from the institutional websites of the *Universidade Federal de Pelotas*, *Universidade Federal de Santa Maria* and *Universidade Federal do Pampa*, in semi-structured interviews (audio recorded and transcribed) with the 15 coordinators of the departments, that developed activities directed to the permanence of students in these institutions, and discussion group. The data were analyzed based on Content Analysis. It was evidenced that the researched sectors develop an essential work in the Institutions and that they directly interfere in the trajectory of the academics in the university, in the continuity and in the conclusion of the course.

KEYWORDS

Learning. College education. Inclusion. Permanence.

Acciones Dirigidas a la Permanencia del Estudiante Universitario: Una Mirada de Tres Instituciones en Rio Grande do Sul

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo identificar acciones dirigidas a la permanencia de los estudiantes universitarios en tres universidades federales en Rio Grande do Sul, buscando resaltar la efectividad de los servicios de apoyo y acciones con mejores resultados / mayor impacto. La investigación, de carácter cualitativo, se desarrolló a partir de datos recopilados en páginas institucionales de la Universidad Federal de Pelotas, la Universidad Federal de Santa María y la Universidad Federal de Pampa, en una entrevista semiestructurada (grabada en audio y transcrita) con los 15 coordinadores de los sectores que desarrollaron actividades dirigidas a la permanencia de los estudiantes en estas instituciones, y un grupo de discusión. Los datos se analizaron mediante el análisis de contenido. Se evidenció que los sectores investigados desarrollan un trabajo esencial en las Instituciones y que interfieren directamente en la trayectoria académica de la universidad, en la permanencia y en la conclusión del curso.

PALABRAS CLAVE

Aprendizaje. Educación universitaria. Inclusión. Permanencia.

¹Este artigo apresenta recorte da Tese de Doutorado “Reestruturação da Educação Superior e ações direcionadas à permanência e diplomação do estudante com necessidades educacionais especiais”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

Introdução

A Educação Superior vem ganhando espaço nas discussões e pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. Apesar da ampliação do número de ações voltadas ao acesso e ingresso no Ensino Superior, esse cenário educacional ainda apresenta muitos desafios aos estudantes.

Por algum tempo, a preocupação principal em relação à Educação Superior estava voltada ao acesso, ampliação de vagas e cursos, ingresso de estudantes por cotas/reserva de vagas, ações afirmativas, ingresso nas universidades via concurso vestibular ou Sistema de Seleção Unificada (SISU). Em menor número, ainda restritas, estão as discussões que versam sobre as ações planejadas considerando a permanência do estudante na instituição, melhora no desempenho acadêmico e conclusão de curso.

Ao encontro desse cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE), 2014, prevê, em sua Meta 12, o aumento para 50% da taxa bruta de matrículas na Educação Superior, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público (BRASIL, 2014). Elevar a taxa de matrículas significa ampliar o número de ingressantes na Educação Superior e, para isso, são necessárias estratégias:

- [...] 12.2) ampliar a oferta de vagas [...];
- 12.3) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% [...];
- 12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas [...], na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico [...];
- 12.9) ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas [...];
- 12.10) assegurar condições de acessibilidade [...] (BRASIL, 2014, p. 11).

As estratégias destacadas estão organizadas principalmente em dois pontos: ampliação das vagas (aumento do número de estudantes nas instituições de Ensino Superior) e ações direcionadas à permanência e conclusão de curso - elevação das taxas de conclusão de curso, ampliação das políticas de inclusão e de assistência, aumento na participação de grupos historicamente desfavorecidos e a garantia de condições de acessibilidade.

Ressalta-se, nessa perspectiva de ampliação e democratização do acesso, que as estratégias precisam ser efetivadas no todo, pois apenas o acesso não garante condições de equidade frente à aprendizagem e nem torna a instituição menos excludente.

Considerando esse contexto se propôs, inicialmente, estabelecer como espaços de pesquisa as seis universidades Federais do Estado do Rio Grande do Sul: a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) – Porto Alegre; a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – Pelotas; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria; Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Carreiros, Rio Grande; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé. Após contato telefônico e por e-mail com as seis instituições, obteve-se autorização institucional para realização da pesquisa em metade das universidades citadas, sendo elas: UFPEL, UFSM e UNIPAMPA.

Método

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida a partir de dados coletados nas páginas institucionais das universidades; de entrevista semiestruturada (gravada em áudio e transcrita) com os 15 coordenadores dos setores que desenvolviam atividades voltadas à permanência dos estudantes, realizada nas cidades e Instituições onde trabalhavam; e de um grupo de discussão na Instituição de origem da pesquisadora, reunindo alguns participantes presenciais e outros por *Skype*. Os dados coletados foram analisados com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). A pesquisa seguiu os preceitos éticos do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, sendo aprovada por esse Comitê.

De acordo com Bardin (2011), a Análise de Conteúdo organiza-se em torno de três pontos: “a pré-análise”; “a exploração do material”; “o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Não é uma análise linear de mão única, mas compreende diversas técnicas. A análise por categorias é a técnica mais antiga e mais utilizada, desmembrando o texto em unidades/categorias conforme reagrupamentos analógicos (BARDIN, 2011). Nesta pesquisa, a técnica utilizada foi essa, onde realizou-se o agrupamento das respostas dos participantes por categorias e subcategorias para posterior interpretação e discussão dos dados.

Para a sistematização dos dados e realização da análise, devido ao grande número de setores envolvidos na pesquisa e ao fato de desenvolverem ações afins, optou-se por agrupá-los por semelhança. Dessa forma, cada agrupamento teve como critério a reunião de setores que realizavam o mesmo tipo de ação: voltadas à Aprendizagem, desenvolvimento acadêmico e psicologia (SAP); direcionadas à Acessibilidade (SAI), relacionadas às Ações Afirmativas (SAF) e ligadas à Assistência Estudantil (SAE).

Quadro 1. Agrupamento dos Setores

Aprendizagem, desenvolvimento acadêmico e psicologia (SAP)	Coordenadoria de Ações Educacionais (UFSM); Núcleo de Apoio à Aprendizagem (UFSM); Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente (UFPEL); Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (UNIPAMPA); Núcleo de Desenvolvimento Educacional (UNIPAMPA).
Acessibilidade e Inclusão (SAI)	Núcleo de Acessibilidade (UFSM); Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (UFPEL); Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (UNIPAMPA).
Ações Afirmativas (SAF)	Núcleo de Ações Afirmativas (UFSM); Coordenadoria de Ações Afirmativas (UNIPAMPA).
Assistência Estudantil (SAE)	Coordenadoria de Apoio às Organizações Comunitárias (UFSM); Núcleo de Atenção ao Estudante – Satie, BSE e SAME (UFSM); Coordenação Integração Estudantil (UFPEL); Núcleo de Serviço Social (UFPEL); Divisão de Assistência Estudantil (UNIPAMPA).

Fonte: Os autores.

Após essa organização, cada agrupamento ganhou uma sigla e cada setor ganhou, além da sigla correspondente ao seu agrupamento, um número. Para manter o sigilo das informações e participantes da pesquisa, os números foram distribuídos aleatoriamente dentro de cada agrupamento (SAP 1, 2, 3, 4 e 5; SAI 1, 2 e 3; SAF 1 e 2, SAE 1, 2, 3, 4 e 5).

Nesse cenário, propôs-se identificar as ações voltadas à permanência do estudante universitário em três Universidades Federais do Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Pampa, buscando evidenciar a efetividade dos serviços de apoio e as ações com melhores resultados/maior impacto.

Resultados e Discussões: As Ações de Permanência em Instituições Gaúchas

O estudante chega na universidade cada vez mais novo, mais inseguro e com muitas dificuldades para acompanhar os conteúdos complexos desse novo espaço de aprendizagem. Muitos precisam de acompanhamento, geralmente, com profissionais da área da psicologia, psicopedagogia, educação especial. Esses acompanhamentos são essenciais para que o estudante supere suas dificuldades, permaneça no curso e consiga concluí-lo. Afinal, no momento em que “[...] o aprender não é alcançado e a consequente repetência e evasão se alastram, do ponto de vista da instituição educacional, alguns dispositivos podem ser arranjados [...]” (PAVÃO; VARGAS, 2015, p. 77). Dentre eles, setores que trabalham diretamente com o apoio ou assistência ao estudante.

Segundo notícia no Portal do MEC, no ano de 2010 “[...] 11,4% dos alunos abandonaram o curso para o qual foram admitidos. Em 2014, esse número chegou a 49%” (BRASIL, 2016). Esses valores reforçam, assim, a preocupação com os fatores que têm contribuído para o crescimento dessa estatística.

Tanto a repetência quanto a evasão na Educação Superior são decorrentes de distintos fatores: dificuldade de adaptação, desmotivação, dificuldades de aprendizagem, conciliação do curso com trabalho/profissão, dificuldade nas relações inter e intrapessoais, currículos desatualizados, dificuldade para acompanhar a dinâmica/metodologia das aulas, Educação Básica deficitária, ausência de acompanhamento especializado. Mas como amenizar esses fatores e contribuir para a aprendizagem e para a redução da reprovação e evasão? Como contribuir para a permanência do estudante no espaço acadêmico? Acredita-se que

[...] boa parte das medidas de combate à evasão na educação superior pública brasileira depende, em grande medida, de ações focadas de cada instituição, no âmbito de sua autonomia. Isso não exime, evidentemente, o governo federal de promover programas e estímulos para que essas IES adotem essas ações – muito pelo contrário –, mas apenas sugerem que iniciativas de caráter unicamente nacional não são suficientes se desarticuladas das realidades locais de cada instituição e mesmo de cada campus e curso (GILIOLI, 2016, p. 26).

É no contexto de cada Instituição de Ensino Superior (IES) que as ações devem ser propostas, considerando o público atendido e a demanda de cada instituição, partindo do entendimento de que os estudantes, mesmo adultos e frequentando cursos de nível Superior, também enfrentam dificuldades e precisam de acompanhamento.

Se o aluno não aprende, geralmente são atribuídos a ele a falta de competências cognitivas, mas é preciso dizer que a instituição de ensino também tem seu papel nesses processos. É responsabilidade da universidade dar as ferramentas necessárias para que ocorra a aprendizagem. Compreender que as dificuldades para aprender é a forma peculiar com que cada sujeito lida com a realidade social é, talvez, a melhor maneira de ajudar esses sujeitos a superar essas dificuldades (PAVÃO; VARGAS, 2015, p. 71)

Aceitar que a instituição tem responsabilidades no processo de aprendizagem do estudante é o primeiro passo para o desenvolvimento de ações e programas que contribuam para a permanência na universidade. Essa realidade sugere que “[...] ainda são necessárias ações mais contundentes para que se evite ou minimize as dificuldades encontradas no ponto de vista pedagógico, didático e pessoal que envolve o desempenho acadêmico dos alunos na universidade” (PAVÃO; VARGAS, 2015, p. 70).

Esse contexto reforça o argumento de que diante das dificuldades apresentadas por grande número de universitários, as ações de permanência são cada vez mais necessárias para que se reduza os números de reprovação e evasão, assim como, para que o estudante conclua seu curso. Nesse sentido, torna-se essencial um constante repensar sobre o trabalho e formação ofertados. Bassani e Martins (2011, p. 115) destacam que

[...] a formação necessária, principalmente em nível de graduação, é aquela que, efetivamente, prepare o estudante de maneira multidisciplinar, para atender às constantes mudanças na sociedade e ao acelerado ritmo das

inovações tecnológicas. Não devemos [...] apresentar como proposta de formação em nível de graduação, currículos estreitos, aprisionados e aprisionantes, restritos a uma matriz curricular predominantemente disciplinar, que inviabiliza a utilização do conhecimento produzido para atender as necessidades identificadas na sociedade.

Cobra-se, assim, que as universidades deixem de seguir padrões antigos e rígidos e passem a considerar o contexto social contemporâneo; que se reformulem, modifiquem currículos, inovem e desenvolvam ações de permanência que contemplem um público diversificado que será lançado, posteriormente, às exigências que o mundo do trabalho impõe ao profissional formado. A necessidade de se reestruturar - seja após uma crise, uma mudança de governo ou uma inovação tecnológica - sempre vai existir, uma vez que a sociedade está em constante atualização e transformação.

Embasada nesse cenário e tendo como foco a permanência dos estudantes nas distintas IES, realizou-se esta pesquisa e obteve-se um conjunto de ações desenvolvidas.

Acolhida, Apoio Pedagógico e Saúde Mental

Os setores voltados à aprendizagem, desenvolvimento acadêmico e psicologia (SAP) têm como seu objetivo principal e foco de trabalho, especialmente, a permanência dos estudantes, a aprendizagem, o desenvolvimento, a saúde mental, o apoio e a conclusão de curso.

Dentre os discursos, destaca-se: “Permanência dos acadêmicos da melhor forma e que eles consigam concluir o curso dentro do prazo” (SAP1). Esse objetivo demonstra a preocupação do setor com a trajetória dos acadêmicos na Instituição até a sua formação. Não é só permanecer, mas conseguir, com o suporte oferecido pelo setor, concluir o curso.

SAP2 detalha ainda mais a pretensão do setor:

Visa prevenir dificuldades e trabalhar temáticas recorrentes na vida dos estudantes universitários, visando contribuir para o desenvolvimento e adaptação acadêmica do estudante e utilização mais eficiente de seus recursos intelectuais, psíquicos, relacionais e/ou sociais. (SAP2)

A preocupação com a adaptação se justifica na medida em que

[...] implica várias mudanças, algumas requerendo acomodação de novos hábitos, outras demandando a incorporação de novos comportamentos e conhecimentos. Como exemplo, novos métodos de estudo são exigidos para atender às demandas curriculares, novos conhecimentos devem ser adquiridos e mais maturidade no relacionamento com os colegas e com os professores é esperada (SOARES; PRETTE, 2015, p. 139).

São tantas as mudanças que muitos estudantes precisam do auxílio dos setores para compreender como se situar nesse novo espaço e atender às demandas dele advindas. Algumas vezes, as expectativas em relação à universidade, às aulas e às atividades são frustradas; as amizades não acontecem com a facilidade que se previa e o estudante se sente desamparado e sozinho. Esses fatores contribuem para que muitos estudantes não se adaptem e evadam dos cursos, o que reforça a importância do acolhimento dos setores. Conforme Soares e Prette (2015), o apoio e acolhida são importantes por permitirem ao estudante maior segurança para se desenvolver nesse novo espaço e enfrentar as dificuldades próprias desse processo. Por isso, além do apoio da família, entende-se que a acolhida da universidade também contribui para a adaptação do estudante.

As dificuldades quanto aos conteúdos, organização e estudos - que aumentam a cada semestre e que podem estar relacionados à Educação Básica deficitária, a dificuldades específicas de aprendizagem, deficiência, problemas emocionais, dentre outros - também contribuem para que os estudantes desistam dos cursos.

Do mesmo modo, preocupado com o desenvolvimento dos estudantes, SAP3 afirma que o foco do setor é: “[...] promoção e prevenção de saúde mental e saúde em geral e oferecer condições dos alunos se desenvolverem nos seus aprendizados” (SAP3).

No Quadro 2 é possível observar quais são as ações desenvolvidas pelos setores.

Quadro 2. Ações e Projetos desenvolvidos: SAP

SAP 1	SAP 2	SAP 3	SAP 4	SAP 5
Atendimentos; Eventos; Monitorias e grupos.	Atendimentos individuais; Minicursos; Orientações; Estágio; Comissão.	Atendimentos individuais; Oficinas; Grupos psicoterapêuticos; Estágios.	Orientações; Discussões de Diretrizes e Políticas; Formação; Acompanhamento do egresso.	Apoio social e pedagógico; Orientação quanto a Programas de Assistência; Monitorias; Tutorias; Palestras.

Fonte: Os autores.

Essas ações estão organizadas, sobretudo, a partir de atendimentos, eventos, orientação, comissões, políticas e prevenção.

Destaca-se, como principal frente de trabalho desses setores, os atendimentos aos estudantes, sejam pedagógicos, psicológicos, psicopedagógicos, na área da educação especial ou social: “[...] envolve o atendimento psicológico, psicopedagógico, de educação especial” (SAP1.); “Então a gente faz esse atendimento, essa acolhida” (SAP5).

Um dos diferenciais para o trabalho de acompanhamento dos estudantes são os profissionais que o realizam. Nesta pesquisa, observou-se que alguns setores contam com servidores psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, técnicos em assuntos educacionais;

enquanto outros, contam com estagiários, bolsistas em formação ou formados na área de interesse do atendimento, ou profissionais “cedidos” pela Rede Municipal. Além disso, psicopedagogos e educadores especiais, por não estarem contemplados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, são profissionais apontados como necessários, mas menos acessíveis para as instituições. O curso de Psicopedagogia é um curso de pós-graduação e o curso de graduação em Educação Especial ainda é ofertado em poucas instituições brasileiras. Essa realidade influencia, também, a escassez de profissionais dessas áreas nos setores e instituições de Ensino Superior.

Além do acompanhamento individualizado, as ações coletivas também têm força e são cada vez mais necessárias a fim de atender à demanda que não pode ser sanada apenas com os atendimentos individuais - algumas vezes, por falta de profissionais, outras, por limitações de espaço físico. SAP3 menciona a experiência desenvolvida por eles: “E a gente tem investido na coisa do grupo, então, tem. O ano passado eu fiz dois grupos, que eu chamei de clínica de experimentações. Cada grupo tinha 15 alunos [...]” (SAP3). Com a realização de ações em grupo está sendo possível atender um número maior de estudantes que ficaria mais tempo na lista de espera ou, até mesmo, que não seriam atendidos. Além dos grupos, os setores ofertam monitorias, que têm ajudado os estudantes em disciplinas/áreas específicas nas quais eles têm mais dificuldades.

Saindo do foco apenas do estudante, percebeu-se que os setores participantes também se preocupam com os servidores da instituição e com a comunidade externa, entendendo que muitas temáticas deveriam ser ampliadas e alcançar um público fora do setor ou, até mesmo, fora da universidade. Para isso, desenvolvem oficinas, minicursos, cursos e formações: “[...] a gente tem minicursos, cursos em geral, da questão da vida acadêmica, de adaptação de material, rodas de conversa” (SAP1).

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes (quanto à adaptação, relacionamento, organização, estudos, aprendizagem) têm sido discutidas também a partir desses momentos de formação, que têm auxiliado no entendimento e enfrentamento de seus problemas. Além disso, temas como acessibilidade e inclusão, contemplados pelos setores, são importantes não só para os estudantes, mas para a formação e capacitação de professores, técnicos administrativos e comunidade em geral. Afinal, são recorrentes as dúvidas de outros profissionais da instituição quanto ao que fazer no caso de estudantes com dificuldades de diferentes ordens, reforçando a importância desse trabalho de orientação. Destaca-se: “[...] orientação aos professores e técnicos administrativos em educação no que tange, principalmente, às questões de aprendizagem” (SAP2). Como a formação inicial da maioria dos professores não contemplou, por exemplo, aspectos importantes relacionados à inclusão de estudantes com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, as orientações se tornam essenciais na tentativa de suprir essa lacuna e possibilitar o atendimento das demandas dos estudantes.

Na mesma linha da orientação, a prevenção tem se tornado cada vez mais necessária nas universidades, como ferramenta de promoção de saúde e prevenção de questões preocupantes como o suicídio. Afinal, a “transição para a Universidade coloca em destaque os problemas dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento de fortes laços com os níveis mais elevados de ansiedade e de *stress*” (FERRAZ; PEREIRA, 2002, p. 150). Os autores reforçam que alguns desses problemas enfrentados pelos estudantes no contexto universitário são: solidão, timidez, dificuldades para se relacionar, problemas de aprendizagem, ansiedade, *stress*, dificuldades financeiras.

O medo, as frustrações e dificuldades têm contribuído para que os casos de ansiedade, estresse e depressão aumentem no ambiente universitário e reforcem a importância das ações a serem desenvolvidas pelos setores tanto no atendimento dessas demandas quanto em sua prevenção. SAP5 fala sobre essas ações:

[...] a gente tem uma demanda grande nessa área de saúde mental, ou no caso da falta de saúde mesmo. Não sei se tem aumentado muito ou se já existia e estava meio latente. Como a gente tem procurado falar muito sobre isso agora, [...] muitas palestras sobre saúde mental que tem desenvolvido..., porque nós começamos a notar nossos alunos muito adoecidos assim, com várias síndromes...e pânico, e tal. (SAP5)

Ao constatar um adoecimento crescente dos estudantes, os setores têm percebido que a prevenção se faz necessária e precisa ser ampliada. Gonçalves *et al.* (2015, p. 103) afirmam:

As definições de saúde e doença variam entre indivíduos, grupos culturais e classes sociais. As concepções sociais sobre o processo saúde-doença evidenciam as contradições e a organização da própria sociedade, que faz com que as condutas dos doentes se baseiem tanto em seu estado individual quanto nas expectativas do grupo social com o qual convivem.

A pressão que o espaço universitário exerce sobre os sujeitos que nele ingressam nem sempre é superada. Observa-se grande cobrança quanto à produção e eficiência que reforçam um cenário que exige bom desempenho, competitividade e excelência dos estudantes, tornando-se barreiras para muitos que enfrentam dificuldades de aprendizagem, têm uma deficiência, reprovam em disciplinas, estão na universidade ou no curso apenas porque esse é o desejo da família. Fatores como esses, muitas vezes, desestruturam os estudantes e contribuem para que eles adoeçam, reforçando a relevância e a necessidade de que os setores trabalhem no sentido da prevenção e da promoção à saúde.

Outro suporte mencionado pelos profissionais dos setores foram as comissões. A partir delas, conseguiam interagir com a comunidade acadêmica, discutir as ações do setor e questões acerca do público atendido. No entanto, após o Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, foi necessário rever a existência das comissões, seguindo as determinações do Decreto.

Apesar de não ser o foco dos setores, as discussões e criação de Diretrizes, Políticas e Resoluções institucionais também contam com o seu apoio. Alguns setores já colaboraram com a criação de Política de acessibilidade e com outras Resoluções institucionais que regulamentam o acesso, as ações afirmativas, o apoio pedagógico, dentre outros que estão diretamente relacionados à permanência na instituição. SAP4 afirma: “[...] nós estamos trabalhando agora, nesse momento, na discussão das novas Diretrizes para Formação de Professores”.

Após a apresentação das ações, os participantes destacaram aquelas que entendiam como mais significativas/de maior impacto e importância para a permanência e conclusão de curso. Para os setores identificados como SAP, o destaque está nos atendimentos individuais, principalmente, psicológicos: “O carro chefe do setor, o que mais aparece, é o atendimento psicológico” (SAP2).

Como já mencionado anteriormente, esse tipo de acompanhamento tem se destacado nos últimos anos, e a preocupação das instituições em torno da saúde mental dos estudantes tem crescido. Mesmo o foco dos setores estando na aprendizagem dos estudantes, o acompanhamento psicológico se sobressai. Contudo, essa demanda é atendida por se considerar sua influência direta nos processos de aprendizagem e na permanência dos estudantes nas instituições. Muitos estudantes, inclusive, já mencionaram que pensavam em desistir do curso e que não o fizeram pelo apoio oferecido pelo setor a partir dos acompanhamentos. Percebeu-se que

[...] os serviços de apoio psicológico no Ensino Superior são uma realidade, embora o seu enquadramento político e social careça, ainda, de delimitação. De facto, a prática de apoio psicológico no Ensino Superior é heterogênea, dependendo da instituição, da formação dos técnicos e das dinâmicas pessoais e interpessoais estabelecidas entre os serviços e a comunidade acadêmica (PEREIRA *et al.*, 2010, p. 5).

Na mesma direção, estão os outros acompanhamentos (com psicopedagogos ou educadores especiais), que se destacam dentre as ações dos setores por seu impacto direto na formação dos estudantes, diminuição das reprovações e do abandono de componentes curriculares.

O representante do SAP1 apontou que o maior/principal trabalho do setor atualmente é frente ao acompanhamento de estudantes que ultrapassaram o prazo para conclusão do curso. Anteriormente, a Instituição “jubilava” esses estudantes, cancelando seu vínculo e matrícula. Contudo, a partir de uma Resolução, a Instituição formalizou o acompanhamento desses estudantes e a concessão de mais um prazo para que, com o acompanhamento de profissionais do setor, o estudante consiga superar suas dificuldades e concluir o curso. Na entrevista, a representante do setor descreveu essa ação:

[...] o acadêmico tem o prazo do curso mais 50%, e quando ele excede é aberto um processo. [...] e chega pra nós [...]. Nós fazemos uma entrevista e elaboramos um plano de acompanhamento pedagógico para que o acadêmico consiga concluir o curso. Ele tem um prazo de até dois anos para os cursos de bacharelado e licenciatura e até um ano para os tecnólogos. Então a gente avalia a demanda que ele tem: quantas disciplinas, a carga horária que ainda falta cumprir... e faz um cronograma dentro desse período [...]. (SAP1)

Esse trajeto tem evidenciado a importância do acompanhamento realizado para minimizar as reprovações e o abandono, já que o setor constatou que “Com a Resolução, já tem alunos formados” (SAP1).

Acessibilidade e Inclusão

Os setores de acessibilidade e inclusão têm como foco, especialmente, a permanência dos estudantes, sua aprendizagem e a acessibilidade. Destaca-se alguns dos seus objetivos: “É oferecer o acompanhamento aos estudantes, professores, servidores em geral, quanto à oferta de atendimento às demandas de acessibilidade” (SAI1).

A atenção desses setores para com a acessibilidade está evidente em suas nomenclaturas e discursos, sendo desmembrada nas ações dos três núcleos. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a acessibilidade é a

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além da acessibilidade arquitetônica e urbanística, é preocupação dos setores a acessibilidade pedagógica e comunicacional, organizando suas ações a partir da compreensão de que se faz necessário propiciar condições para o aprendizado e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais com equidade (Quadro 3).

Quadro 3. Ações e Projetos desenvolvidos: SAI

SAI 1	SAI 2	SAI 3
Acompanhamentos individuais; Formação; Orientações; Adaptações e empréstimo de material; Atendimento quanto a transporte e alimentação; Acompanhamento de acadêmicos surdos; Monitorias; Comissões.	Formação; Atendimento/ entrevista; Atendimentos/Tutorias; Espaço de pesquisa; Processo seletivo Ingresso; Comissão; Orientações.	Instrução/ informação; Cursos de Libras; Orientações; Capacitação; Assistência; Comissão; Empréstimo de materiais; Monitorias.

Fonte: Os autores.

A partir do tabelamento das respostas dos participantes, observou-se unidades comuns com os setores de aprendizagem e o acréscimo da acessibilidade. Destacaram-se: atendimentos, eventos, orientação, comissão e acessibilidade.

Por trabalhar com um grupo mais restrito, os núcleos de acessibilidade têm uma preocupação maior com a área da educação especial e com o seu público. Dessa forma, os atendimentos individuais, as monitorias/tutorias, assim como, a formação de servidores e cursos, são direcionados para essa área e para as especificidades dos sujeitos atendidos. “Nós temos o acompanhamento pedagógico com os profissionais da educação especial, que são bolsistas da pós-graduação [...] a formação dos professores ou servidores, de acordo com a demanda que chega até o setor, de palestras, encontros” (SAI1)

Após a efetivação dos Núcleos de Acessibilidade e da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a acessibilidade e a inclusão se fortaleceram e ganharam mais espaço nas discussões das universidades, evidenciando a necessidade de capacitação dos servidores, de formação da comunidade em geral e até mesmo da inclusão de componentes curriculares, como a disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nos cursos de licenciatura. Essas discussões acontecem a partir de cursos, seminários e nas próprias comissões presididas pelos setores (Comissão de Acessibilidade, Comissão de Audiodescrição).

Tão importante quanto a capacitação e a formação dos profissionais, é o trabalho desenvolvido pelos setores no sentido de orientar as coordenações de curso, professores e comunidade quanto à demanda diária que envolve a acessibilidade e o trabalho com pessoas com deficiência: adaptações necessárias no espaço físico, adaptações pedagógicas, possibilidade de substituição de componente curricular, mediação entre estudante e professores. SAI1 afirma: “[...] orientação de professores e coordenações pedagógicas, coordenações de curso, que também é uma demanda bastante grande do Núcleo e que nos leva bastante tempo”.

Além de orientar, os setores também adaptam e emprestam materiais essenciais para a permanência e aprendizagem dos estudantes na universidade. Dentre os materiais para empréstimo, foram citados: lupas eletrônicas, notebooks, cadeiras de rodas (SAI1).

Como ações de destaque, além do acompanhamento aos estudantes através de atendimentos individuais, monitorias e tutorias; os participantes elencaram as orientações a professores, coordenações e secretarias como ações fundamentais para a permanência dos estudantes:

[...] o acompanhamento dos estudantes e as orientações das coordenações e professores, que leva também à formação, mas eu penso que são, talvez, os principais no sentido de permanência e conclusão desse aluno, porque, muitas vezes, se esse aluno não teve essa orientação junto à coordenação, junto aos professores e adaptações pra ele, no acompanhamento individual aqui também, ele pode não conseguir concluir o curso. (SAI1).

Sabe-se que a formação dos professores quanto às necessidades dos estudantes com deficiência ainda é deficitária.

Particularmente a questão da formação inicial ou continuada dos professores da educação e do ensino superior com bases inclusivas pode ser considerada como um dos grandes entraves para inclusão dos alunos com deficiência. Apesar da Universidade exercer um papel fundamental neste contexto, ainda há um grande vazio em programas ou projetos que envolvam ações relacionadas à qualificação de seu corpo docente em propostas mais inclusivas (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011, p. 140).

Essa lacuna se reflete em seu trabalho em sala de aula que, sem a orientação dos núcleos de acessibilidade (quanto à adaptação de avaliações, materiais e metodologias), fica muito distante do mínimo necessário para a aprendizagem dos estudantes, reforçando uma inclusão excludente.

Essa realidade reforça a importância do trabalho desenvolvido pelos núcleos, ao mesmo tempo em que denuncia o despreparo dos profissionais e o quanto ainda é preciso aprofundar sua formação rumo a uma educação inclusiva.

Ações Afirmativas e Diversidade

Os setores de ações afirmativas são os mais recentes nas Instituições (ambos datados de 2016) e abarcam demandas de um grande público: indígena, pretos, pardos, quilombolas, estudantes oriundos de escola públicas com renda determinada. Seu foco está nas ações que promovam a inclusão, contribuam para a permanência e minimização das desigualdades historicamente postas.

As ações (Quadro 4) desenvolvidas por esses setores contemplam também os atendimentos individuais dos estudantes, orientações aos professores e comunidade acadêmica e formações para problematizar questões importantes como o racismo: “Eu te falei das rodas de conversa, daí teria também o Projeto Interculturalidade e educação das relações étnico raciais, [...] onde nós estamos discutindo essa questão junto aos cursos, [...] assim... a formação de professores” (SAF1).

Além dessas ações, um dos diferenciais desses setores tem sido o envolvimento com o processo de ingresso desse público na instituição, participando da elaboração de editais, divulgação dos processos seletivos e entrevistas de conferência/verificação para ingressar por reserva de vagas específica. SAF1 afirma:

A nossa Universidade foi uma das primeiras a começar com a divulgação do acesso, em 2011, porque a gente percebeu que nós abrimos as vagas do edital do processo seletivo indígena e nós não tínhamos muitos candidatos, porque essa informação não chegava. E a partir de então, a gente começou... Junto com as lideranças indígenas a gente realizou as rotas de visitação a estas aldeias e começamos a fazer essa divulgação. A partir dessa divulgação a Universidade começou a receber, então, os candidatos.

Esse processo tem feito a diferença na ampliação do público que pretende participar dos processos seletivos específicos das instituições.

Quadro 4. Ações e Projetos desenvolvidos: SAF

SAF 1	SAF 2
Monitorias; Formação; Rodas de conversa; Divulgação do acesso; Comissões; Orientações.	Editais de ingresso; Fóruns; Comissões.

Fonte: Os autores.

Assim como os demais setores, os voltados às ações afirmativas também contam com comissões que contribuem para re(pensar) as questões que envolvem suas ações e propostas. Seu diferencial está na sua composição, que conta com representantes institucionais e externos voltados aos movimentos sociais e lideranças indígenas.

Os setores voltados às ações afirmativas reforçaram a importância do atendimento e as orientações à comunidade acadêmica, e apontaram que a formação e discussões que envolvem a interculturalidade são essenciais. SAF1 afirma:

[...] é um Núcleo que tem muitas ações para fazer. Ele não pode ficar alheio ao contexto, ao que está acontecendo ao redor. Tem que ficar muito atento e procurando, então, desenvolver esse trabalho que vá consolidando essa inclusão social aqui dentro da nossa Instituição, e isso envolve formação, envolve debate, envolve discussão, envolve diálogo intercultural.

Essas ações tornam-se ainda mais significativas quando se presencia, em pleno século XXI, manifestações racistas, homofóbicas, preconceituosas.

Assistência Estudantil e o PNAES

A assistência estudantil e seus programas/auxílios são o foco do último grupo de setores pesquisados. Essa assistência atinge um público muito grande das instituições e é considerada um dos principais fatores para a permanência do estudante na universidade e para a conclusão de seu curso, principalmente, pela gama de ações envolvidas (Quadro 5).

Quadro 5. Ações e Projetos desenvolvidos: SAE

SAE 1	SAE 2	SAE 3	SAE 4	SAE 5
Alimentação; Moradia; Atenção à saúde; Creche; Inclusão digital; Lazer; Esporte; Cultura; Transporte; Apoio.	Atendimento; BSE – Moradia, alimentação e transporte; Auxílio material pedagógico; Intervenções coletivas – oficinas.	Alimentação; Transporte; Moradia (casa do estudante); Auxílio moradia (custeio); Instrumental Odontológico; Auxílio pré-escolar; Auxílio deslocamento; Passe livre - convênio.	Atendimento/ entrevista para acesso aos Programas: Alimentação; Transporte; Moradia (casa do estudante); Auxílio moradia (custeio); Instrumental Odontológico; Auxílio pré-escolar; Auxílio deslocamento.	Plano de permanência; Avaliações dos estudantes e organização dos processos; Programa de alimentação, moradia, transporte e auxílio creche; Reavaliação socioeconômica; Palestras; Orientações.

Fonte: Os autores.

Os setores estão embasados no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem por finalidade a ampliação das condições de permanência dos estudantes no Ensino Superior público (BRASIL, 2010), e que tem por objetivo:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Por terem esse direcionamento e seguirem a proposta do PNAES, as ações desses setores são as que mais se aproximam entre si. No discurso dos responsáveis pode-se salientar aspectos que contemplam atendimento, eventos, políticas e áreas da assistência estudantil (transporte, moradia, alimentação, creche ...). Pode-se destacar: “As ações [...] são baseadas no PNAES. As ações são todas baseadas nos dez pontos do PNAES: alimentação, moradia, atenção à saúde, creche, inclusão digital, lazer, esporte, cultura, transporte, apoio pedagógico” (SAE1).

SAE4, cuja a instituição tem uma proposta de unidades universitárias em lugares distantes, reforça, ainda, o auxílio deslocamento:

[...] programa auxílio alimentação; auxílio transporte; auxílio moradia; auxílio pré-escolar, para aqueles alunos que têm filhos até 6 anos incompletos; auxílio instrumental odontológico, que é destinado aos alunos do curso de odontologia [...]; o auxílio deslocamento, que é destinado pro aluno que mora em cidades perto daqui, em um raio de até 150km, aquele aluno [...] que precisa se deslocar diariamente pra vir estudar [...], esse é o que a gente chama de deslocamento.

Pela amplitude das ações, os setores voltados à assistência estudantil trabalham interligados com a maioria dos setores pesquisados.

Esses setores são os que mais entendem as ações articuladas e apresentaram uma dificuldade maior em destacar *uma* principal. Apesar disso, a moradia estudantil (casa do estudante) e a alimentação (restaurante universitário) foram, unanimemente, consideradas fundamentais.

É bem difícil. Eu acho, por exemplo, que a questão da moradia estudantil tem uma importância muito grande dentro da universidade, porque se o aluno só tivesse bolsa, por exemplo, nós passando por essa crise eles já teriam ido embora, e a moradia em si ela tem a sua importância porque não importa a crise que a universidade está, ela tá aqui. Mas assim, o Restaurante Universitário é fundamental para o estudante também. Na verdade, tu destacar uma ação é difícil, mas eu elencaria essas duas como prioritárias para permanência do estudante, seriam esses dois focos principais: a moradia e a alimentação (SAE1).

Esse entendimento de que a moradia e a alimentação contribuem diretamente para a permanência do estudante na universidade é reiterado pelos participantes quando questionados sobre os dados que comprovem a contribuição do setor. Destaca-se um dos discursos em que se menciona:

Mas assim, na prática, no acompanhar, no dia a dia, em reuniões, sempre aparecem vários exemplos. A gente já tem colega que passou, que foi aprovado em concurso e foi beneficiário do programa de assistência estudantil, e que relata que se não tivesse a possibilidade da utilização dos recursos da assistência estudantil não teria como ter ficado aí e ter concluído a graduação e depois ter conseguido a aprovação no concurso (SAE2).

As discussões apresentadas pelos participantes quanto às ações desenvolvidas evidenciam a dificuldade em delimitar as que possuem maior impacto devido à importância que cada ação tem em particular e na relação com as demais. Como escolher entre a orientação aos professores e a sua própria formação? Ou, na mesma medida, como determinar se contribuirá mais para a permanência dos estudantes o seu atendimento com profissional especializado ou a acessibilidade? E dentre os auxílios/benefícios oferecidos pela assistência estudantil, como escolher entre moradia e alimentação? Por isso, entende-se que, apesar da tentativa em destacar uma ação principal, chegou-se ao entendimento de que elas são complementares e determinantes no seu conjunto.

Considerações Finais

Os dados apresentados possibilitaram ampliar a compreensão que se tinha acerca das universidades federais gaúchas e dos setores voltados ao apoio/atendimento, acessibilidade e assistência estudantil, especialmente nas instituições pesquisadas – Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Pampa.

As instituições apresentam espaços e estruturas distintas. Contudo, apesar das diferenças, os discursos dos participantes apresentaram uma homogeneidade no que tange às ações de permanência desenvolvidas e às dificuldades enfrentadas.

Os setores voltados à aprendizagem, desenvolvimento acadêmico e psicologia (SAP) têm no cerne do seu trabalho, essencialmente, ações que contribuam para a permanência dos estudantes, aprendizagem, saúde mental, apoio e conclusão de curso. Essas ações são desenvolvidas a partir de atendimentos individuais ou em grupo, eventos, orientações a coordenações de curso e professores, reuniões de comissões, proposição de políticas e prevenção. A última, trabalhada também a partir dos eventos e orientações. Dentre as ações apontadas, os atendimentos individuais têm destaque e assumem a maior demanda do setor, principalmente devido ao crescimento no número de casos de estudantes com transtornos psíquicos, realidade que tem preocupado os setores e instituições de modo geral.

Os Setores de Acessibilidade e Inclusão (SAI) têm a permanência, a aprendizagem e a acessibilidade como foco de seu trabalho, desenvolvendo suas ações a partir de atendimentos individuais, eventos, orientações a coordenações de curso e professores, reuniões de comissões e acessibilidade. Diferencia-se das ações dos setores anteriores por ter seu trabalho direcionado, sobretudo, às pessoas com deficiência, distanciando-se das ações voltadas à saúde mental e enfatizando a acessibilidade. O destaque nas suas ações está na orientação aos professores e coordenadores quanto às adaptações necessárias para cada estudante com deficiência. Essas orientações tornam-se essenciais ao pensar que a maioria dos professores tem dificuldade em propor adaptações necessárias ao aprendizado do estudante público-alvo da Educação Especial.

Os Setores voltados às Ações Afirmativas (SAF) têm preocupação em proporcionar ações que contribuam para a inclusão e a igualdade de oportunidades para estudantes indígenas, pretos, pardos e oriundos de escola públicas com renda determinada. Esses fatores são contemplados em atendimentos individuais aos estudantes, orientações aos professores e comunidade acadêmica, formações e reuniões de comissões. Dentre as ações mencionadas, a formação e discussão acerca da interculturalidade e das diferenças têm tido destaque especialmente devido a manifestações racistas ainda presentes nas instituições.

Os Setores voltados à Assistência Estudantil (SAE) têm suas ações embasadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Esses setores também desenvolvem eventos, atendimentos e políticas, mas seu foco está nos auxílios/programas oferecidos (transporte, moradia, alimentação, creche...), com destaque para a moradia e alimentação, entendidas como essenciais para a permanência dos estudantes.

Apesar de algumas ações apresentarem um destaque e uma demanda maior em relação a outras, chegou-se à conclusão de que elas são complementares e devem ser consideradas na sua totalidade.

Por fim, entende-se que os setores pesquisados são importantes para a permanência dos estudantes nas distintas instituições, por atuarem como espaço de acolhida que contribui para a inclusão do estudante na instituição e por oferecer acompanhamento que visa minimizar as dificuldades relacionadas à aprendizagem e saúde. Concluiu-se que ações marcadamente caracterizadas pela permanência, desenvolvidas em setores institucionais estruturados para esse fim, atendem com efetividade os preceitos de inclusão, contribuindo para a permanência e aumentando o número de concluintes na Educação Superior.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229p.

BASSANI, Valquiria Linck; MARTINS, Nádia de Fátima Borba. As vozes das comunidades: a universidade como lugar de formação. *In*: ISAIA, Silvia Maria de Aguiar (Org.). **Qualidade da educação superior**: a universidade como lugar de formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 238p. (Série Qualidade da Educação Superior). p. 108-118. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior2.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 2 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação** - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 2 dez. 2016.

BRASIL. **Censo da Educação Superior**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40111-altos-indices-de-evasao-na-graduacao-revelam-fragilidade-do-ensino-medio-avalia-ministro>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRASIL. Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm#:~:text=D9759&text=Extingue%20e%20estabelece%20diretrizes%2C%20regras,colegiados%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20federal.&text=%C3%A2mbito%20de%20aplica%C3%A7%C3%A3o-Art.,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional. Acesso em: 5 jul. 2020.

FERRAZ, M. Fernanda; PEREIRA, Anabela Sousa. A dinâmica da personalidade e o homesickness (saudades de casa) dos jovens estudantes universitários. **Psicologia, Saúde e Doenças**, Lisboa, Portugal, 2002, v. 3, n. 2, p. 149-164, 2002. Disponível em: <file:///E:/referencias%20psicologia/ok%20saude%20de%20casa.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Evasão em instituições federais de ensino superior do Brasil: expansão da rede, SISU e desafios. **Consultoria Legislativa**, Estudo Técnico maio de 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2016_7371_evasao-em-instituicoes-de-ensino-superior_renato-gilioli. Acesso em: 17 jan. 2017.

GONÇALVES, Dâmaris Versiani Caldeira *et al.* Percepção sobre o Adoecimento entre Estudantes de Cursos da Área da Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 102-111, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v39n1/1981-5271-rbem-39-1-0102.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/09.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira; VARGAS, Rosanita Moschini. Perspectiva psicopedagógica no contexto universitário. In: CAIERÃO, Iara; KORTMANN, Gilca Lucena (Org.). **A prática psicopedagógica: processos e percursos do aprender**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015. p. 69-78.

PEREIRA, Anabela Sousa *et al.* Apoio Psicológico no Ensino Superior: modelos e práticas. *In: CONGRESSO NACIONAL DA RESAPES – AP, 1., 2010, Lisboa. Anais eletrônicos [...].* Lisboa: Universidade de Aveiro, 2010. Disponível em: <file:///E:/referencias%20psicologia/Apoio%20Psicológico%20no%20Ensino%20Superior-%20modelos%20e%20práticas.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

SOARES, Adriana Benevides; PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del. Habilidades sociais e adaptação à universidade: Convergências e divergências dos construtos. **Análise Psicológica, Lisboa, v. 33, n. 2, , p. 139-151, 2015.** Disponível em: <file:///E:/referencias%20psicologia/habilidades%20sociais%20e%20adaptação%20à%20univ%20ersidade.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.